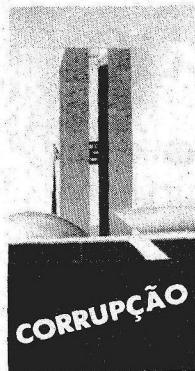


Fiúza frustra a CPI e vai depor de novo amanhã



Em mais de dez horas de depoimento, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), relator do orçamento de 1992 e acusado pelo economista José Carlos Alves dos Santos como integrante do esquema de

corrupção na Comissão do Orçamento, frustrou as expectativas dos parlamentares da CPI do Orçamento, por causa da segurança e firmeza de suas respostas. "O ideal seria que esse depoimento tivesse sido realizado numa fase mais adiante, quando a CPI teria mais provas", admitiu o deputado José Genoino (PT-SP).

"Nós queríamos adiar esse depoimento, mas houve resistências na comissão", queixou-se, desolado, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). "Acho que enviamos a intimação para o endereço errado, deve ter ido parar no Vaticano porque quem compareceu aqui foi só Fiúza", comentou outro parlamentar que não conseguia disfarçar seu desalento. Fiúza, ao contrário de João Alves, prestou juramento de falar a verdade perante a CPI.

Pilhas de documentos e a apresentação segura de uma retrospectiva de sua atuação como parlamentar e ministro da Ação Social aparentemente livraram Fiúza da condição de um dos principais suspeitos de envolvimento no escândalo de negociatas com verbas públicas. "Ele não é como o João Alves", comparou o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador da subcomissão de assuntos patrimoniais e fiscais da CPI.

Patrimônio — Apesar do longo depoimento de Fiúza, ele voltará amanhã ao Congresso para explicar a variação do seu patrimônio, que ele estima em US\$ 10 milhões, excetuando suas dívidas. A reunião foi acertada com Bisol porque a CPI não teve condições de avaliar o patrimônio de Fiúza apenas com as informações enviadas inicialmente pela Receita Federal. O deputado se comprometeu a entregar à Comissão as declarações de bens de seus familiares e os balanços das empresas.

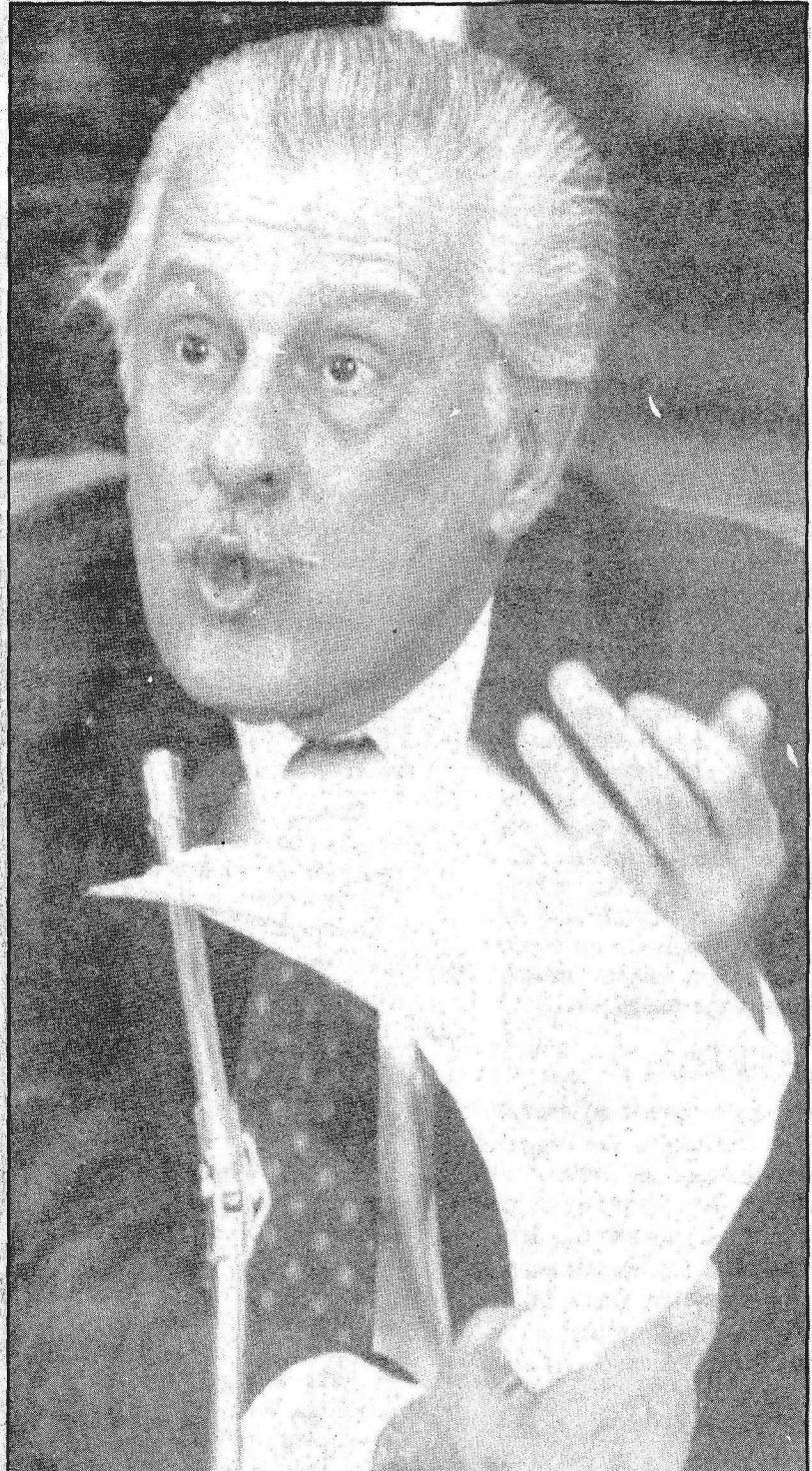
Fiúza só não se saiu melhor porque deixou algumas perguntas sem respostas e vacilou ao responder algumas outras. O momento mais embaraçoso para o ex-ministro da Ação Social foi quando o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou documentos contrariando declarações de Fiúza de que não havia alterado o orçamento após aprovado pelo plenário do Congresso e que jamais teria se utilizado de seus cargos públicos para obter favores pessoais.

"Superego" — Suplicy começou repetindo trechos da inquirição que o próprio Fiúza fez a José Carlos sobre a votação do orçamento em 1991 para em seguida apresentar

um documento encontrado na casa do ex-assessor da Comissão de Orçamento. "Neste fax, de 20 de janeiro de 1992, o deputado Sérgio Guerra (PSB-PE) pede a José Carlos que acrescente 650 milhões de cruzeiros à emenda (R00817-3), destinada ao projeto Pirapama em Recife, e que já tinha assegurado 2 bilhões de cruzeiros. Fiúza ficou sem saber o que dizer e pediu uma cópia para enviar a resposta por escrito. Ao longo do depoimento, Fiúza usaria este expediente em diversas oportunidades, toda vez que não tinha segurança sobre as questões colocadas.

"Vossa Excelência é realmente meu superego", iniciou Fiúza ao responder a outra indagação do senador petista sobre um empréstimo de 1,5 milhão de dólares, que tomou em maio de 1991 na CEF para uma de suas empresas, quando era líder do governo Collor. "Não fosse líder do governo e não receberia este empréstimo subsidiado, que foi desaconselhado pelo corpo técnico", afirmou o senador. Fiúza começou dizendo que o fato não envolvia exploração de prestígio porque o financiamento foi feito a juros de mercado, não tendo qualquer subsídio. "Se o débito já está em 4 milhões de dólares como o senador informa, está claro que não houve nenhum favor", respondeu Fiúza, que em seguida brincou: "Com uma taxa de juros destas não se pode falar em favorecimento, não sou nem um mutuário, sou um mortuário".

Raimundo Paccó



Fiúza mostrou-se seguro ao negar negociatas no orçamento